



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16763 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 05 - Estado e Política Educacional

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA: FORÇAS E TENSÕES DE UM DOCUMENTO
 Elita Betania de Andrade Martins - UNIVERSIDADE FEDERAL JUIZ DE FORA
 Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEMIG

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA: FORÇAS E TENSÕES DE UM DOCUMENTO

O texto apresenta o resultado da pesquisa desenvolvida com financiamento da FAPEMIG, no período de 2022-2024, com o objetivo de analisar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação para o município de Juiz de Fora (PME/JF).

Como um estudo qualitativo que se baseou no Ciclo de Políticas (Ball e Bowe), buscamos conhecer o jogo das forças, presentes no contexto de influência, que disputaram espaços para a construção do documento do PME/JF.

Foram adotados como procedimentos: leitura e análise das atas das reuniões realizadas pelo Fórum Municipal de Educação; dos materiais produzidos para organização da Conferência; das atas de sessões realizadas na Câmara Municipal; leitura e comparação entre o texto produzido pelo Fórum e aprovado na Conferência Municipal e o enviado pelo Executivo à Câmara e o texto final aprovado; realização de entrevistas com participantes de diferentes etapas do processo de construção do PME; leitura de documentos produzidos pelo MEC com orientações sobre o Plano. Além disso, contamos com o aporte teórico de autores como Dourado, Pateman, Ball e Bowe. A leitura das 23 atas de reuniões do Fórum, das 16 atas de reuniões da Câmara Municipal e de outros documentos, combinada com a realização de 6 entrevistas, forneceram elementos para repensar futuros processos de construção de planos educacionais.

As leituras dos documentos e análise das entrevistas nos ajudaram a mapear as forças

políticas presentes nos diferentes momentos da elaboração do texto, ilustrando o contexto de influência apresentado por Ball e Bowe (apud Mainardes, 2006) no qual grupos de interesse disputam para influenciar finalidades. As diferentes forças presentes nesse processo, se reuniram, discutiram e produziram versões do PME, que representavam os textos políticos, construídos no contexto de produção de texto (Ball e Bowe).

O documento aprovado, ao ser analisado, apresenta “aparentes incoerências”, que na verdade, representam a materialização das disputas e acordos entre diferentes grupos. Um exemplo dessas “incoerências”, é o fato de que mesmo sendo afirmado que o Plano se referia à realidade do município, ainda constavam estratégias muito específicas para as escolas da rede municipal, como relatado em entrevista, por uma das técnicas da Secretaria de Educação.

O jogo de forças se faz presente na definição do tempo disponível e formato adotado para a construção do documento. Durante as discussões do Fórum, os participantes foram pressionados a encerrarem seu trabalho até o final de 2015, porém, o Executivo só encaminhou o documento à Câmara Municipal, um ano depois.

A pressão em relação ao prazo e as diferenças quanto a compreensão do significado de participação, pelo Sindicato e pelo grupo ligado ao Secretário, chegou a ameaçar a realização da Conferência Municipal proposta pelo Fórum. Para que acontecesse foi necessário que o Sindicato dos professores ameaçasse “chutar o pau da barraca”, além de esforços do representante da Universidade e da Secretária de Educação que assume o cargo durante o processo.

As modificações no texto feitas pelo Executivo antes de enviar o documento para a Câmara, sob a alegação de ajustes técnicos e de adequação para a realidade do território, representaram para o Sindicato desrespeito ao trabalho do Fórum, à Conferência e também, desvalorização do magistério.

O sentimento de desvalorização da categoria é reforçado, durante as discussões da Câmara, onde um dos vereadores, insatisfeito com as estratégias que envolviam a participação do Sindicato, acusa a entidade de ser ‘permissionista’ e ‘esquerdista’. A fala contra o Sindicato não se deve apenas a desconsideração a representação docente, mas também, fornece pistas da presença de forças conservadoras na composição da Câmara municipal, preocupadas com a possibilidade do PME conter temáticas contrárias aos valores da família, sob uma lógica muito próxima a de movimentos como o Escola sem Partido que ao defenderem a supremacia dos valores familiares sobre os escolares, condenam temas como gênero e diversidade e adotam estratégias de vigilância e perseguição dos professores considerados doutrinadores, por não assumirem a docência como mera transmissão de conteúdos (Mattos et al, 2017).

Essa batalha de ideias se fez presente nos corredores da Câmara, nas audiências e em emendas de vereadores com perfil mais conservador, que se contrapunham as emendas apresentadas pelo vereador que atuou no Fórum e que se esforçava para recuperar o texto do

PME aprovado na Conferência.

O documento aprovado em sessão polêmica e interrompida, diversas vezes, trouxe elementos não discutidos coletivamente na Conferência e outros, como a limitação do conceito de diversidade ao público alvo da educação especial (o que mais tarde, foi considerado inconstitucional) quase nasceu “morto”. Ao não representar mais o fruto das discussões coletivas desenvolvidas no Fórum e na Conferência Municipal, acabou por ser visto com descrença pelos sujeitos envolvidos, inclusive pelo próprio Sindicato de Professores, que teve uma participação tão ativa, durante todo o processo.

Essa descrença aliada ao que o representante da Universidade classificou como “cultura política”, na qual valores autoritários, fazem com que o Executivo não assuma sua função como executor de planos que deveriam se constituir em políticas de Estado e passe a querer deixar “sua marca da gestão”, resultam em pouco acompanhamento sobre o desenvolvimento do PME e de praticamente, nenhuma cobrança para que seja cumprido. As ações desenvolvidas no município são então, estabelecidas a partir de outros jogos de forças, do desejo do Executivo ou de programas e ações propostas por outros entes federativos que prevejam articulação com o município.

O PME quase como um “documento morto”, volta a ser “visitado”, por ocasião das reuniões de preparação para a CONAE e a necessidade de realizar discussões que possam contribuir para a discussão de um novo PNE. Nesta retomada, a própria Secretaria de Educação traz dados que indicam o não cumprimento do Plano (PME).

Os dados aqui obtidos precisam ser compartilhados com os envolvidos no processo e com toda a sociedade implicada com a educação no município, para que estratégias possam ser apresentadas sobre como discussões de planejamento educacional do município podem de fato, contribuir para a construção de documentos que sirvam de condutores das propostas educacionais a serem desenvolvidas no município e não apenas uma “carta de intenções”.

Não se trata aqui, de eliminar o “jogo de forças”, afinal, o espaço para o debate de ideias faz parte da construção de uma sociedade democrática, mas de se aperfeiçoar os mecanismos de diálogo, criar estratégias para que os participantes tenham um mínimo de conhecimento necessário sobre as características e possibilidades do plano a ser construído, assim como da realidade educacional local; ampliar as discussões da Câmara envolvendo o máximo possível de representação da sociedade e criar canais de divulgação do documento aprovado para o devido acompanhamento de seu desenvolvimento. Tais práticas tornam-se ainda mais necessárias, diante da proximidade da aprovação do futuro Plano Nacional de Educação que está na Câmara (2024) e deverá ser documento norteador da educação do país, nos próximos dez anos, implicando na construção de novos Planos pelos entes federados.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Educação. Plano Municipal. Ciclo de políticas.

REFERÊNCIAS

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, Anpae, 2017.

MAINARDES, Jeferson. Abordagem ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação e Sociedade. Campinas, v.27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: Acesso em: 10/02/2017.

MATTOS, Amana; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; COSTA, Carina Martins; SILVA, Conceição Firmina Seixas; VELLOSO, Luciana; LEONARDI, Paula; ALBERTI, Verena; PENNA, Fernando de Araújo. Educação e Liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido in FRIGOTTO, Gaudêncio. **ESCOLA “SEM” PARTIDO: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 p. (p. 87 – 104)

PATEMAN, Carole. **PARTICIPAÇÃO E TEORIA DEMOCRÁTICA**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.